

Medida Provisória nº 667, de 2015

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor dos órgãos e empresas estatais, constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, no valor de R\$ 74.014.218.398,00, para os fins que especifica.

Explicação da Ementa:

Autoriza, em regra, a execução de um terço das dotações destinadas a investimentos (GND 4) e inversões financeiras (GND 5) da União, constantes do PLOA 2015, não aprovado quando da edição desta Medida Provisória.

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 25/02/2015 - Coordenação de Arquivo

Destino: Ao arquivo

Último estado: 19/06/2015 - SEM EFICÁCIA

Despacho:

03/02/2015 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(CN-CMO) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatoria:

CMO - (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Relator(es):

Senadora Lídice da Mata (encerrado em 21/05/2015 - Redistribuição)

Senador Walter Pinheiro (encerrado em 09/06/2015 - Matéria com tramitação encerrada)

Deputado Federal Edmar Arruda (Relator Revisor) (encerrado em 09/06/2015 - Matéria com tramitação encerrada)

TRAMITAÇÃO

07/08/2015 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: ARQUIVADO

05/08/2015 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o Ofício CN nº 310, de 05/08/15, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados comunicando o término de prazo para edição de Projeto de Decreto Legislativo. (fls. 658).

Ao Arquivo.

03/08/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica o término, em 31 de julho de 2015, do prazo estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, para edição do Decreto Legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória.

TRAMITAÇÃO

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.
A matéria será enviada ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 867

03/08/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Em 31/07/2015, esgotado o prazo previsto no parágrafo 2º do art. 11, "caput", da Resolução nº 1/2002-CN, sem a edição de Decreto Legislativo.

Ao Plenário.

19/06/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: Juntado Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 22, de 09 de junho de 2015, declarando o encerramento, em 1º de junho do corrente ano, do prazo de vigência da presente medida provisória (às fls. 656).

17/06/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Juntado Ofício nº 224 (CN), de 16 de junho de 2015, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a perda de vigência da presente medida provisória (às fls. 655).

17/06/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Recebido nesta Secretaria o processado da MPV nº 667, de 2015 (Volumes Principal e II), no dia 17/06/2015, às 10h24, para aguardar o prazo para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo previsto no art. 11, caput e § 2º da Res. nº 1/2002-CN, que encerrar-se-á em 16-08-2015.

17/06/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Juntada cópia do Ofício nº 223/2015, destinado ao Ministro Chefe da Casa Civil, que encaminha a Mensagem nº 32/2015 à Senhora Presidente da República e comunica que a presente Medida Provisória teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2015 (fls. 653 e 654).

17/06/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encaminhado à SSCLCN, conforme disposto no § 1º do art. 11 da Resolução nº 01, de 2002-CN.

09/06/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator do Projeto de Decreto Legislativo o Senador WALTER PINHEIRO, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1/2002, em 09/06/2015. Anexado à fl. nº 652.

03/06/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CMO, nesta data, para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória, conforme disposto no § 1º do Art. 11, da Resolução nº 1 de 2002-CN.

TRAMITAÇÃO

03/06/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Recebido na CMO em 03.06.2015, às 9h30min.

02/06/2015 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À CMO.

02/06/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Término do prazo de vigência, em 1º de junho do corrente, da presente Medida Provisória. Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, e fará publicar no Diário Oficial da União o ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da Medida. A matéria volta à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Publicado no DSF Páginas 532

02/06/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário (Volumes Principal e II).

02/06/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SSCLCN, tendo em vista o fim do prazo regimental, conforme o caput do art. 11 da Resolução nº 1 de 2002-CN.

21/05/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Senador Walter Pinheiro em substituição à Senadora Lídice da Mata, permanecendo Relator Revisor, o Deputado Edmar Arruda, conforme Termo de Designação anexado à folha de nº 651.

***** Retificado em 21/05/2015*****

Designado Relator o Senador Walter Pinheiro, em 21.05.2015, em substituição a Senadora Lídice da Mata. Anexado à folha de nº 651.

21/05/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido Ofício GSLMAT nº 091/2015, de 20/05/2015, da Senadora Lídice da Mata, através do qual declina da Relatoria da MPV 667/2015. Anexado à folha de nº 650.

29/04/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designada Relatora a Senadora Lídice da Mata, e Relator Revisor o Deputado Edmar Arruda, conforme Termos de Designação anexados às folhas de nºs 648 e 649.

TRAMITAÇÃO

24/03/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha de nº 132, Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 12 de 2015 (publicado no DOU de 25.03.2015), que prorroga o prazo da vigência desta Medida Provisória em sessenta dias.

***** Retificado em 19/05/2015*****

Onde se lê: "Anexado à folha de nº 132"

Leia-se: Anexado à folha de nº 647-A.

Publicado no DSF Páginas 12

Publicado no DCN Páginas 18-19

10/02/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha nº 647 Ofício nº 24 (CN), de 10.02.2015, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara dos Deputados, encaminha o calendário de tramitação da Medida Provisória.

10/02/2015 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Nesta data foram encaminhadas à SEGRAF as Emendas nºs 1 e 2 para confecção de avulsos. (Publicadas no DSF de 11/02/2015)

Publicado no DSF Páginas 1539-1541

10/02/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À Secretaria de Atas e Diários, para publicação das emendas apresentadas.

10/02/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória foram apresentadas 02 (duas) emendas. Anexadas às folhas de nºs 644 a 646. À SSCLCN, para publicação.

04/02/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexada em 04.02.2015, às folhas de nºs 391 a 643, Nota Técnica nº 1/2015 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 667, de 2015 quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

***** Retificado em 10/02/2015*****

Onde se lê: Nota Técnica nº 1/2015, leia-se Nota Técnica nº 5/2015.

04/02/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Entrada na CMO.

04/02/2015 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Processado encaminhado à CMO.

TRAMITAÇÃO

04/02/2015 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Recebido neste órgão às 09:51 hs.**03/02/2015** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Ação:** A Senhora Presidente da República adotou, em 2 de janeiro de 2015, e publicou no Diário Oficial da União de 5 de janeiro de 2015, a presente Medida Provisória.

A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

O calendário de tramitação da Medida Provisória foi publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: 05/01/2015

- Emendas: até 07/02/2015 (6 dias após a publicação)

- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

- Remessa do processo à CD: -

- Prazo na CD: até 01/03/2015(até o 28º dia)

- Recebimento previsto no SF: 01/03/2015

- Prazo no SF: de 02/03/2015 a 15/03/2015 (42º dia)

- Se modificado, devolução à CD: 15/03/2015

- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16/03/2015 a 18/03/2015 (43º ao 45º dia)

- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/03/2015 (46º dia)

- Prazo final no Congresso: 02/04/2015

*Publicado no DSF Páginas 637***03/02/2015** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN**Ação:** Juntada a legislação citada, às fls. 832 a 835.

Ao Plenário, para leitura.

***** Retificado em 05/02/2015*****

Juntada a legislação citada, às fls. 382 a 385.

14/01/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN**Ação:** Juntadas a Mensagem nº 3, de 2015, na origem, encaminhando a presente Medida Provisória (às fls. 124 a 131 do Volume Principal) e seus Anexos (às fls. 132 a 381 do Volume II - Anexos).**13/01/2015** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN**Ação:** Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 667/2015:

- Publicação no DOU: 05-01-2015

- Emendas: até 07-02-2015;

- Prazo na Comissão: *;

- Remessa do processo à CD: -;

- Prazo na CD: até 01-03-2015 (até o 28º dia);

- Recebimento previsto no SF: 01-03-2015;

- Prazo no SF: de 02-03-2015 a 15-03-2015 (42º dia);

- Se modificado, devolução à CD: 15-03-2015;

- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16-03-2015 a 18-03-2015 (43º ao 45º dia);

- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-03-2015 (46º dia);

- Prazo final no Congresso: 02-04-2015 (60 dias).

TRAMITAÇÃO

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012).

05/01/2015 CN-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 123 (cento e vinte e três) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLCN.

Publicado no DOU Páginas 2-123

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 667/2015

Data: 05/01/2015

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos órgãos e empresas estatais, constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, no valor de R\$ 74.014.218.398,00, para os fins que especifica.

Avulso inicial da matéria

Data: 14/01/2015

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação Legislativa: Juntadas a Mensagem nº 3, de 2015, na origem, encaminhando a presente Medida Provisória (às fls. 124 a 131 do Volume Principal) e seus Anexos (às fls. 132 a 381 do Volume II - Anexos).

Nota Técnica

Data: 04/02/2015

Autor: -

Local: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação Legislativa: Anexada em 04.02.2015, às folhas de nºs 391 a 643, Nota Técnica nº 1/2015 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 667, de 2015 quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

***** Retificado em 10/02/2015*****

Onde se lê: Nota Técnica nº 1/2015, leia-se Nota Técnica nº 5/2015.

Avulso de emendas

Data: 10/02/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Nesta data foram encaminhadas à SEGRAF as Emendas nºs 1 e 2 para confecção de avulsos.
(Publicadas no DSF de 11/02/2015)